

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	1
O que são commodities? .....	1
<b>1. As commodities e sua importância para nosso País:     o Brasil como uma economia de recursos ambientais.....</b>	<b>9</b>
<b>2. As commodities como bens ambientais e seu     balizamento normativo em face da Constituição     Federal do Brasil e na legislação infraconstitucional     aplicável.....</b>	<b>19</b>
<b>3. O uso das commodities vinculado ao balizamento     constitucional das atividades econômicas:     as empresas em face da defesa do meio ambiente.....</b>	<b>63</b>
<b>4. A empresa como noção referível à atividade     econômica organizada de produção e circulação     de bens e serviços para o mercado e as atividades     previstas no âmbito da ordem econômica     constitucional: o uso das commodities vinculado     à a defesa do meio ambiente como princípio geral     da atividade econômica em face da orientação do     Supremo Tribunal Federal (ADI 3540) e seus     reflexos no sistema normativo .....</b>	<b>69</b>

<b>5. As empresas subordinadas à defesa do meio ambiente no plano dos princípios gerais da atividade econômica (CF, art. 170, VI) e os conceitos abrangentes das noções jurídicas de meio ambiente estabelecidos pela ADI 3540 e vinculados à cláusula constitucional proclamadora do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (ADI 4066 e ADI 3470): as commodities em face de seu balizamento disciplinado pelo direito ambiental constitucional .....</b>	<b>77</b>
5.1. A cláusula constitucional proclamadora do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (ADI 4066 e ADI 3470) e sua interpretação em face dos princípios constitucionais do direito ambiental.....	82
5.1.1. O princípio da soberania (Art. 1º, I e 170, I da CF) visando estruturar de forma ampla e abrangente a interpretação do direito ambiental constitucional .....	83
5.1.2. O princípio da legalidade (Art. 5º, II da CF) visando estruturar de forma ampla e abrangente a interpretação do direito ambiental constitucional.....	93
5.1.3. O princípio do desenvolvimento sustentável balizando juridicamente o significado de desenvolvimento nacional como garantia constitucional indicada no âmbito do que estabelece o Art. 3º, II de nossa Carta Magna e reverberado nos princípios gerais da atividade econômica (Art. 170 da CF); o necessário atendimento às necessidades e as aspirações humanas e a ADI 4269.....	97

5.1.4. O princípio da prevenção, o estudo prévio de impacto ambiental e a atuação do estado como agente normativo e regulador em face do uso dos bens ambientais no Brasil em proveito das atividades econômicas .....	119
5.1.4.1. Prevenção ou precaução? O art. 225 da Constituição Federal e o dever de preservar os bens ambientais com fundamento na dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF), assim como nos valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa (art. 1º, IV, da CF) .....	130
5.1.4.2. Conteúdo jurídico do princípio da precaução em face de seu enquadramento no sistema constitucional em vigor e a avaliação dos custos das medidas de prevenção (ou precaução?): o Supremo Tribunal Federal e o RE 627.189 .....	136
5.1.4.3. Atividades de produção de bens e serviços com o uso de recursos naturais em face do princípio da precaução: incertezas científicas sobre a possibilidade de um produto, evento ou serviço desequilibrar o meio ambiente ou atingir a saúde dos cidadãos e exigências atribuídas ao Estado .....	140
5.1.4.4. O princípio da precaução e o novo conteúdo exigível no EPIA (art. 225, § 1º, IV, da CF) para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.....	142

5.1.5. O princípio do poluidor-pagador, sua interpretação por parte do Supremo Tribunal Federal e seus reflexos em face do uso dos bens ambientais vinculados à atividade econômica .....	143
5.1.5.1. Responsabilidade denominada “civil” objetiva e responsabilidade por danos aos bens ambientais .....	150
5.1.5.2. Prioridade da reparação específica do dano ambiental.....	152
5.1.5.3. Poluidor .....	155
5.1.5.4. Dano ambiental.....	158
5.1.5.5. O Dano e suas classificações: dano material, dano moral e dano à imagem em face dos bens ambientais .....	159
5.1.5.6. Solidariedade para suportar os danos causados ao meio ambiente .....	162
<b>6. Causa geradora das obrigações ambientais e o uso dos bens ambientais no plano constitucional: as obrigações de fazer ou não fazer subordinadas aos princípios ambientais constitucionais da prevenção e do poluidor pagador.....</b>	<b>165</b>
<b>7. As atividades econômicas organizadas vinculadas ao uso dos bens ambientais consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitando os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais: o uso ilícito das commodities em face dos crimes ambientais .....</b>	<b>169</b>

<b>8. As atividades econômicas organizadas vinculadas ao uso dos bens ambientais consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitando os infratores a sanções administrativas: atuação da administração pública destinada a regular prática de atos ou mesmo fatos em razão de atividade vinculada a bens de uso comum .....</b>	<b>175</b>
<b>9. As empresas transnacionais como força motriz por trás da configuração das cadeias globais de commodities.....</b>	<b>181</b>
<b>10. As empresas transnacionais, seu enquadramento jurídico e o uso sustentável das commodities definido em face do direito ambiental constitucional .....</b>	<b>209</b>
<b>Referências .....</b>	<b>217</b>